



# CIJEPa

Centro de Inteligência da  
Justiça Estadual do Pará

## ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CIJEPa



11/3/2022

## ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CIJEP

### Dados da Reunião

| Data      | Hora início | Hora término | Local                              |
|-----------|-------------|--------------|------------------------------------|
| 11/3/2022 | 10h10min    | 12h30min     | Videoconferência – Microsoft Teams |

### Pauta

| Item | Descrição   |
|------|---|
| 1    | Apresentação do Projeto de Implantação da Unidade Judiciária Piloto para monitoramento das ações coletivas – 5ª Vara de Fazenda de Belém. |
| 2    | O que ocorrer.  |

### Participantes

| Nº | Nome do membro do Grupo Operacional         | Órgão/Tribunal  | Registro participação |
|----|---|---|-----------------------|
| 1  | Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues          | Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do TJPA                   | P                     |
| 2  | Kátia Parente Sena                          | Juíza Titular da 4ª Vara da Fazenda Pública da Capital      | P                     |
| 3  | João Valério de Moura Júnior                | Juiz titular da Vara Criminal da Comarca de Rondon do Pará  | A                     |
| 4  | Erichson Alves Pinto                        | Juiz titular da Vara de Irituia                             | A                     |
| 5  | Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade | Juiz de Direito titular da Vara Criminal de Itaituba        | P                     |
| 6  | David Jacob Bastos                          | Juiz de Direito Substituto                                  | A                     |
| 7  | Marcos Paulo Sousa Campelo                  | Juiz de Direito Titular da Comarca de Conceição do Araguaia | P                     |
| 8  | Raimundo Rodrigues Santana                  | Juiz de Direito Titular da 5ª Vara de Fazenda de Belém      | P                     |
| 9  | Orlando Cerdeira Bordallo Neto              | Chefe de Gabinete da Vice-Presidência                       | P                     |
| 10 | Erika Assis de Albuquerque                  | Assessora da Presidência do TJPA                            | A                     |
| 11 | Camila Amado Soares                         | Servidora do Cijepa   | P                     |
| 12 | Antonio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante | Servidor do Cijepa  | P                     |
| 13 | Isabela de Almeida Marques da Silva         | Servidora do Cijepa   | P                     |
| 14 | Luiz Artur Saraiva Filho                    | Servidor do Cijepa  | P                     |
| 15 | Marco Túlio Sampaio de Melo                 | Servidor do Cijepa  | P                     |

|    |                             |   |   |
|----|-----------------------------|---|---|
| 16 | Fábio Djan Oliveira de Lima | Servidor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estratégia | P |
| 17 | Fabício José Uchoa Correa   | Servidor do Departamento de Planejamento, Gestão e Estratégia | P |
| 18 | Ewerton Almeida Silva       | Servidor da Secretaria de Informática                         | P |

A servidora do Nugepnac e do Centro de Inteligência, Camila Amado Soares, apresentou o Projeto de Unidade Piloto para Gerenciamento das Ações Coletivas.

Importância do acesso dos jurisdicionados às informações qualificadas sobre as ações coletivas constantes do painel.

A decisão saneadora, é a certificação da ação coletiva, contudo pode demorar demais na prática, então o ajuste no sistema PJe é imprescindível, por ocasião do peticionamento, com as informações qualificadas.

Deve ser enfatizada a cultura jurídica da decisão saneadora e destacada sua necessidade e importância.

Integração do sistema e do painel de BI através do webservice. É possível, só precisa ser bem delimitado ao CNJ porque quando o PJe for atualizado ele tem que assimilar essas informações.

As informações introduzidas no PJe ou na base de dados podem ser espelhadas no painel. Mas poucas dessas são qualificadas, uma vez que não há leitura de peça.

## I – Deliberações da Reunião

1- Definir e organizar fluxos para obter dados qualificados das ações coletivas, junto à informática, visando futura institucionalização.

2- Antes de buscar parceria com o Ministério Público e Defensoria Pública, estabelecer de forma clara os objetivos e os fluxos a serem implementados, dentre as atuais possibilidades, para demandar à Secretaria de Informática.

3- Enviar proposta de fluxo, formulado com auxílio do DPGE, remetendo-a para a Secretaria de Informática até o dia 25/3/2021 e, após retorno, designar nova reunião do Cijepa, provavelmente dia 8/4/2022, às 10:00hs, para análise das possibilidades.

4- Dar ciência do projeto piloto à Presidência, através de siga-doc, de repente para ser incluído no Plano de Gestão da Presidente e como ação no Macrodesafio, bem como fazer divulgação da iniciativa do Cijepa no site do Tribunal.

## II - Registro da reunião do Cijepa:

